

CASAMENTOS INFANTIS EM MOÇAMBIQUE

O que é um casamento infantil?

O casamento infantil é definido como uma união formal ou informal de crianças, tanto rapazes como raparigas, com menos de 18 anos. Os factos revelam que o casamento infantil está generalizado e pode conduzir a toda uma vida de desvantagens e privações¹.

Actuais estatísticas sobre os casamentos infantis

- Uma em cada 4 raparigas em todo o mundo casa-se antes dos 18 anos, o que significa que 15 milhões de raparigas casam-se anualmente antes do seu 18.º aniversário.
- Os casamentos infantis têm a sua maior prevalência em África, estando neste continente 15 dos 20 países com os mais elevados índices deste tipo de casamentos.
- Segundo um estudo do UNICEF em 2015, o índice de prevalência dos casamentos infantis em Moçambique é estimado em cerca de 48%.
- As incidências mais altas de casamentos infantis registam-se nas províncias nordestinas do país².

PRINCIPAIS FACTORES

Baixos níveis de ensino

- As raparigas cujos pais não passaram pela escola são mais susceptíveis de se casarem cedo porque os seus pais não conhecem a importância do ensino³

Pobreza

- As raparigas que nascem em famílias menos abastadas são mais susceptíveis de se casarem cedo do que as raparigas que nascem em famílias com situação económica estável

Gravidez na adolescência

- A gravidez precoce é tanto uma causa como uma consequência dos casamentos precoces em Moçambique, sendo o risco de engravidar mais cedo mais elevado para as raparigas em áreas rurais⁴.

Práticas religiosas e tradicionais

- Há estudos que revelam que algumas práticas tradicionais como as cerimónias de iniciação, a poligamia, as leis costumeiras e o lobola são factores de casamentos infantis⁵.

Função dos pais

- As famílias dirigidas por um progenitor solteiro e por crianças apresentam maior incidência de casamentos infantis.

Consequências dos casamentos infantis

As repercussões de contrair matrimónio em criança afectam as raparigas ao longo de toda a sua vida.

- O casamento marca muitas vezes o fim da formação académica da rapariga, limita as suas oportunidades económicas fora do lar e expõe-na a violência física, sexual e emocional.
- O casamento infantil também ameaça os esforços de melhorar a saúde materna em toda África⁶.
- As noivas crianças enfrentam um risco mais elevado de morte e lesão durante a gravidez e o parto, e aquelas que têm menos de 15 anos são cinco vezes mais vulneráveis a morte durante o parto do que as mulheres na casa dos 20⁷.

1 UNICEF, (2016). <http://data.unicef.org/topic/child-protection/child-marriage/>

2 ROSC, (2014) Situação dos casamentos precoces em Moçambique: Tendências e impacto

3 http://www.unicef.org.mz/wp-content/uploads/2015/07/EN_Statistical_Analysis_Child_Marriage_Adolescent_Pregnancy_aw-Low-Res.pdf

4 UNICEF, (2016). <http://data.unicef.org/topic/child-protection/child-marriage/>

5

6 Godha, D et al. 2011. Influência do casamento infantil sobre a fertilidade, o controlo da fertilidade e o recurso a cuidados de saúde materna.. MEASURE/Evaluation PRH Project Working Paper 1-124

7 <http://www.girlsnotbrides.org/african-union-launches-first-ever-campaign-end-child-marriage/>

ELEMENTOS PSICOSSOCIAIS

Isolamento

As raparigas casadas são frequentemente isoladas das suas redes de pares, de actividades comunitárias e mesmo das suas famílias, componentes que são uma fonte fundamental do seu bem-estar social e emocional. Têm que viver com o estigma de se terem casado jovens.

- O isolamento conduz muitas vezes a um bem-estar psicossocial deficiente.
- As raparigas casadas enfrentam dificuldades para desenvolver as suas próprias identidades independentes, para afirmar os seus próprios pontos de vista e tomar decisões sobre o seu futuro e o dos seus filhos.

Educação

- O casamento infantil priva as crianças do sexo feminino do seu direito a ensino formal, que promove o crescimento académico, intelectual e pessoal. A falta de escolarização pode também afectar a sua capacidade de contribuir eficazmente para o seu próprio futuro, e para o da sua família e sociedade. O nível de escolarização de uma mãe está intimamente ligado ao bem-estar dos seus filhos, incluindo a saúde e o aproveitamento escolar.

O que pode ser feito para erradicar os casamentos infantis em Moçambique?

- Mudança de atitudes e comportamento em relação aos casamentos infantis;
- Eliminação de preconceitos sobre o papel das mulheres e raparigas na sociedade
- Envolvimento das entidades comunitárias influentes no combate aos casamentos infantis
- Garantia de acesso a informação sensível às idades sobre a saúde reprodutiva e sexual e sobre direitos conexos
- Apoio à reinserção de sobreviventes de casamentos infantis e de crianças em situação de casamento (incluindo a facilitação de acesso ao ensino)

- Criação de espaços seguros em que as raparigas possam ter encontros e falar de questões que as afectam
- Envolvimento de líderes comunitários, rapazes e homens mais velhos para assegurar que eles entendem os desafios do casamento infantil.
- Envolvimento e apoio de líderes tradicionais e religiosos como modelos de conduta para promover campanhas contra o casamento infantil.

Quadro jurídico

- A Estratégia Nacional para Prevenir e Combater os Casamentos Infantis, aprovada em 2016, é o único instrumento criado especificamente para a luta contra este tipo de casamentos. Baseia-se na Constituição de 2004 da República de Moçambique, que realça a igualdade de direitos a favor das mulheres
- A Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) que, no seu Artigo 2.º, reconhece que todas as pessoas gozam de todos os direitos e liberdades proclamados na Declaração, sem distinção de raça, cor, sexo, língua ou religião.
- Em Moçambique, a idade média é de 18 anos. Contudo, a Lei da Família estipula que “uma mulher ou um homem com mais de dezasseis anos, em condições excepcionais, pode celebrar matrimónio quando existem circunstâncias de reconhecido interesse público e familiar, e com o consentimento dos pais ou representantes legais.”
- É importante frisar que vários actores sociais têm desenvolvido esforços para rever este Artigo da Lei da Família, que abre um excesso ao permitir o casamento aos 16 anos.